

**Empresa Brasileira de Administração de
Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal
Petróleo S.A. - PPSA**

Demonstrações financeiras intermediárias
do período findo
em 30 de junho de 2018



Índice

Relatório de revisão das informações intermediárias	3
Balanços patrimoniais - Ativo	5
Balanços patrimoniais – Passivo e Patrimônio Líquido	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias	12



RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Diretores e Acionista da
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e
Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A (“COMPANHIA”)**, em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas do período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é a responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

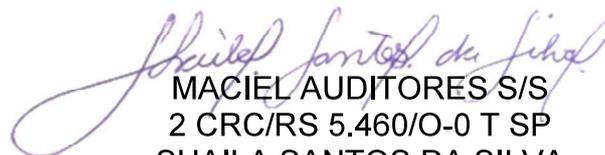
Revisamos a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins da NBC TG 09, foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Valores correspondentes aos períodos anteriores

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em de 01 de fevereiro de 2018, sem modificação na opinião.

As informações financeiras intermediárias da Pré-Sal Petróleo S.A referente ao trimestre findo de 30 de junho de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram revisadas por nós ou por outros auditores independentes e conseqüentemente não expressamos nenhuma conclusão sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 T SP
SHAILA SANTOS DA SILVA
1CRC RJ 095.707/O-7
Sócia Responsável Técnica

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.494	30.403
Impostos a recuperar ou compensáveis	7	3.407	2.465
Adiantamentos a empregados		680	18
Despesas antecipadas		88	13
Comercialização de óleo e gás da União	8	85.085	-
Total do ativo circulante		122.754	32.899
Imobilizado	9.a	1.297	1.619
Intangível	9.b	3.380	3.768
Total do ativo não circulante		4.677	5.387
Total do ativo		127.431	38.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	10	302	495
Honorários e encargos a pagar		16	-
Impostos e contribuições a recolher	11	1.437	1.148
Provisões para férias e 13º salário	12	2.480	1.573
Obrigações por cessão de pessoal	13	185	294
Outros		126	136
Comercialização de óleo e gás da União	8	85.085	-
Total do passivo circulante		89.631	3.646
Patrimônio líquido	14		
Capital social		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(6.000)	(12.000)
Capital integralizado		44.000	38.000
Prejuízos acumulados		(6.200)	(3.360)
Total do patrimônio líquido		37.800	34.640
Total do passivo e patrimônio líquido		127.431	38.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
(Valores expressos em milhares de Reais)

		01.04.2018	01.01.2018	01.04.2017	01.01.2017
		A	A	A	A
	Notas	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
				(não auditado)	(não auditado)
Receita Líquida de Serviços	15	8.429	16.000	9.522	16.155
Custos dos serviços prestados	16	(4.917)	(9.442)	(4.682)	(8.653)
Lucro Bruto		<u>3.512</u>	<u>6.558</u>	<u>4.841</u>	<u>7.502</u>
Despesas Operacionais	17	(5.423)	(10.399)	(4.787)	(9.505)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>(1.911)</u>	<u>(3.841)</u>	<u>53</u>	<u>(2.003)</u>
Resultado Financeiro líquido	18	391	1.001	685	1.732
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>(1.520)</u>	<u>(2.840)</u>	<u>738</u>	<u>(271)</u>
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	19	-	-	(34)	(34)
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u>(1.520)</u>	<u>(2.840)</u>	<u>705</u>	<u>(305)</u>
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações		<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>	<u>0,01</u>	<u>(0,01)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2018	01.01.2018	01.04.2017 A	01.01.2017 A
	A	A	30.06.2017	30.06.2017
Notas	30.06.2018	30.06.2018	(não auditado)	(não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.520)	(2.840)	705	(305)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.520)	(2.840)	705	(305)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
 CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital subscrito</u>	<u>(-) Capital a integralizar</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.000	(12.000)	(3.657)	34.343
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(305)	(305)
Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>50.000</u>	<u>(12.000)</u>	<u>(3.962)</u>	<u>34.038</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.000	(12.000)	(3.360)	34.640
Integralização de capital	-	6.000	-	6.000
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(2.840)	(2.840)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>50.000</u>	<u>(6.000)</u>	<u>(6.200)</u>	<u>37.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u> (não auditado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do período	(2.840)	(305)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	709	669
	<u>(2.131)</u>	<u>364</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	-	(3.756)
Impostos a recuperar ou compensáveis	(942)	(914)
Adiantamentos a empregados	(662)	(501)
Despesas antecipadas	(75)	(60)
	<u>(1.679)</u>	<u>(5.231)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(193)	366
Honorários a pagar	16	274
Remuneração compensatória ex diretores	-	(1.062)
Impostos e contribuições a recolher	290	(162)
Provisões para férias e 13º salário	907	671
Obrigações por cessão de pessoal	(109)	17
Outros	(10)	(50)
	<u>901</u>	<u>54</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(2.909)</u>	<u>(4.813)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	-	(119)
Aquisição de intangível	-	(205)
Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(324)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	6.000	-
Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de financiamento	<u>6.000</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>3.091</u>	<u>(5.137)</u>
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	30.403	33.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	33.494	28.053
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.091</u>	<u>(5.137)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2018</u> (não auditado)
Receitas	18.571	18.717
Faturamento	18.571	18.717
Insumos	(3.340)	(4.207)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(3.340)	(4.207)
Valor adicionado bruto	15.231	14.510
Depreciação e amortização	(710)	(669)
Valor adicionado líquido produzido	14.521	13.841
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.006	1.742
Valor adicionado total a distribuir	15.527	15.583
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(12.410)	(10.106)
Remuneração direta	(11.415)	(9.311)
Benefícios	(283)	(215)
FGTS	(712)	(580)
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	(4.975)	(4.554)
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(3.990)	(3.573)
Municipais	(985)	(981)
Remuneração do capital de terceiros	(982)	(1.228)
Aluguéis	(970)	(1.227)
Outras	(12)	(1)
Remuneração dos capitais próprios	2.840	305
(Lucro) prejuízo do período	2.840	305
Valor adicionado total distribuído	(15.527)	(15.583)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-sal Petróleo S.A – PPSA (Pré-sal Petróleo ou Companhia), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma Companhia pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063/2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304/2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado.

No primeiro semestre de 2018 a Pré-sal Petróleo realizou 3 embarques de petróleo relativo ao quinhão da União nos volumes de produção do Campo de Mero, comercializando mais de 120 mil m³ de petróleo da União e constituiu os comitês operacionais dos novos contratos de partilha assinados em 31/01/2018, a saber: Entorno de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central (operados pela Petrobras), Alto de Cabo Frio Oeste e Sul de Gato do Mato (operados pela Shell) e Norte de Carcará (operado pela Statoil).

Em 14 de junho de 2018 a Lei nº 13.679/2018 converteu a Medida Provisória nº 811/2017 em lei alterando as Leis nº 12.304/2010, 12.351/2010 e dispôs sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos.

Em 22 de junho de 2018, o Ministro de Minas e Energia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 13.679/2010, publicou a Portaria nº 266, que disciplina a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, quando realizada diretamente pela Pré-Sal Petróleo.

1.2. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A data de aprovação das demonstrações contábeis para fins das normas de auditoria é a primeira data em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que as pessoas com autoridade reconhecida assumiram responsabilidade por essas demonstrações contábeis. A



Conforme competência prevista no artigo 25, letra “e” do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças aprovou as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia com informações comparativas ao período anterior em 28 de agosto de 2018.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 10 – Fornecedores
- Nota Explicativa 13 – Obrigações por cessão de pessoal

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



3. Resumo das principais políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, relativos ao contrato de remuneração, cujos serviços já tenham recebido aceite.

Estoque

Os estoques compreendem volumes produzidos de óleo da União, registrados a título de aquisição originária, e destinados à venda, conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 16 (R1).

Impostos a recuperar ou compensáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras e sobre as receitas de prestação de serviços da Companhia.

Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e Equipamentos – 10 anos

Equipamentos de Informática – 5 anos

Benfeitorias em Imóveis de Terceiros – 5 anos



Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*).

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos softwares – direito de uso é de 5 anos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se estes puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial os gastos com desenvolvimento serão capitalizados pelo valor de custo, sendo amortizados pela vida útil estimada e reduzidos por perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor de face da obrigação ou pela estimativa de desembolso que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro real com apuração anual.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são ativos e passivos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo, classificados no circulante.

Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

Em 30 de junho de 2018 a Pré-Sal Petróleo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receita de serviços prestados

A receita de serviços prestados inclui a prestação de serviços de gestão de contratos de partilha de produção, prestação de serviços de gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União e a representação da União em acordos de individualização da produção, por meio de um contrato de remuneração. A Companhia reconhece a receita de serviços prestados com base no aceite dos serviços pelo contratante.

A receita de serviços prestados inclui, adicionalmente, por força do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010 a parcela do bônus de assinatura relativo aos contratos assinados a cada leilão de área no polígono do pré-sal. A Companhia reconhece a receita relativa a parcela do bônus de assinatura no momento da sua realização.



4. Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. A Companhia optou pelo método indireto.

5. Novas normas contábeis

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47 e 48. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2018	31.12.2017
Banco conta movimento	88	12
Aplicações financeiras	33.406	30.391
Total	33.494	30.403

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das Companhias integrantes da Administração Federal Indireta.



7. Impostos a recuperar ou compensáveis

	30.06.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido na fonte - Aplicação financeira	59	602
Imposto de renda retido na fonte – Serviços	891	1.573
Contribuição social retida na fonte – Serviços	186	288
Imposto de renda pessoa jurídica a compensar	1.974	-
Contribuição social retida na fonte a compensar	297	-
Outros	-	2
Total	3.407	2.465

8. Comercialização de óleo e gás da União

Conforme estabelecido no artigo 4º, inciso II da Lei 12.304/2010, com redação alterada pela Lei nº 13.679/2018, compete à PPSA praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, especialmente: (a) celebrar os contratos, representando a União, com agentes comercializadores ou comercializar diretamente petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, preferencialmente por leilão.

A Portaria nº 266 de 22/06/2018 substituiu a Portaria nº 03 de 03/01/2018 disciplinando a comercialização do óleo e gás da União quando realizada diretamente pela PPSA, determinando que a receita advinda desta comercialização deve ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, após deduzidos os tributos incidentes e os gastos diretamente relacionados à comercialização, que deverão ser depositados em conta a ser informada pela PPSA que, obrigatoriamente, os contabilizará de forma clara e apartada da sua própria contabilidade.

O quadro abaixo resume o efeito nulo no ativo e passivo circulante do Balanço Patrimonial da PPSA:

Ativo Circulante	30.06.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	3.518	-
Volumes comercializados (ii)	45.308	-
Antecipação a parceiros (iii)	12.997	-
Volumes produzidos (iv)	23.262	-
Total	85.085	-
Passivo circulante	30.06.2018	31.12.2017
Gastos de comercialização a liquidar (i)	3.518	-
Comercialização a arrecadar ao Fundo Social (ii)	45.308	-
Produção a comercializar (iii) e (iv)	36.259	-
Total	85.085	-

Conforme demonstrado no quadro acima, a PPSA contabiliza e controla de forma apartada todas as operações relativas ao petróleo da União, que não tem impacto no resultado da Companhia.

(i) O caixa e equivalente de caixa corresponde a recursos financeiros da União que estão depositados em conta exclusiva junto ao Banco do Brasil para pagamento de tributos incidentes e gastos relacionados diretamente à comercialização do petróleo da União, que estão registrados no passivo circulante na rubrica “Gastos de comercialização a liquidar”.

(ii) Os volumes comercializados correspondem a valores monetários recebíveis oriundos das vendas de cargas de petróleo da União por conta de ordem desta, que representam a obrigação de repasse ao Fundo Social que está registrada no passivo circulante. Estes valores são recolhidos diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional pelos adquirentes e não geram receitas para a Companhia. Vide Nota Explicativa n. 20.

(iii) As antecipações a parceiros são volumes de petróleo emprestados a parceiros para formação de cargas conforme contrato de “*loan in kind agreement*”.

(iv) Os volumes produzidos representam volumes de petróleo da União registrados em estoque.

Os itens (iii) e (iv) tem contrapartida no passivo circulante, na rubrica “produção a comercializar”, e representam a obrigação da PPSA de comercializar tais volumes.

9. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	30.06.2018	31.12.2017
Equipamentos de informática	2.896	2.896
Benfeitorias	333	333
Máquinas e equipamentos	4	4
Depreciação acumulada	(1.936)	(1.614)
Total	1.297	1.619

Movimentação Imobilizado	31.12.2017	Adição	Baixas	30.06.2018
Equipamentos de informática	2.896	-	-	2.896
(-) Depreciação acumulada - equipamentos de informática	(1.501)	(289)	-	(1.790)
Benfeitorias	333	-	-	333
(-) Depreciação acumulada - benfeitorias	(112)	(33)	-	(145)
Máquinas e equipamentos	4	-	-	4
(-) Depreciação acumulada - máquinas e equipamentos	(1)	-	-	(1)
Total	1.619	(322)	-	1.297



Os equipamentos de informática correspondem a servidores, switches, equipamento de videoconferência, equipamentos do *datacenter* e *workstations* especializadas.

b) Intangível

	30.06.2018	31.12.2017
Softwares	3.874	3.874
Gastos de Desenvolvimento – SGPP	1.382	1.382
Depreciação Acumulada	(1.876)	(1.488)
Total	3.380	3.768

Movimentação Intangível	31.12.2017	Adição	Baixas	30.06.2018
Softwares – direito de uso	3.874	-	-	3.874
(-) Amortização - softwares – direito de uso	(1.488)	(387)	-	(1.876)
Gastos de desenvolvimento - SGPP	1.382	-	-	1.382
Total	3.768	(387)	-	3.380

Os *softwares* correspondem a direito de uso de licenças de *softwares* especialistas como *Petrel*, *Vmware*, *Geolog*, entre outros. Os gastos de desenvolvimento do SGPP correspondem a serviços de consultoria realizados no mapeamento de processos para permitir a customização do Sistema de Gestão de Partilha da Produção da Companhia.

10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios para os quais a nota fiscal foi recebida e registrada dentro da competência. As provisões a fornecedores correspondem a serviços executados a não faturados pelo fornecedor.

	30.06.2018	31.12.2017
Contas a pagar a fornecedores	68	47
Provisão dos fornecedores	234	448
Total	302	495

Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de ativo imobilizado e intangíveis, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, incluindo provisões.



11. Impostos e contribuições a recolher

	30.06.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições retidas na fonte	501	556
ISS	4	-
COFINS	189	103
PIS	41	23
IPTU	57	-
INSS a recolher	473	339
FGTS a recolher	172	127
Total	1.437	1.148

12. Provisão de férias e 13º salário

	30.06.2018	31.12.2017
Provisão de 13º Salário	758	-
Provisão de férias	1.722	1.573
Total	2.480	1.573

13. Obrigações por cessão de pessoal

A cessão de pessoal caracteriza-se pelo empréstimo de servidores públicos para a Companhia. Os valores a pagar constituem ressarcimento aos órgãos de origem pela cessão de pessoal.

	30.06.2018	31.12.2017
Advocacia Geral da União - AGU	32	49
Agência Nacional do Petróleo - ANP	-	35
Caixa Econômica Federal - CEF	118	178
Controladoria-Geral da União - CGU	35	32
Total	185	294

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito da Pré-Sal Petróleo, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013 é de R\$ 50.000, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015, 21/12/2015, 28/11/2016, 03/01/2018 e 22/06/2018 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15.000, R\$ 2.000, R\$ 14.900, R\$ 3.000, R\$ 3.100, R\$ 3.000 e R\$ 3.000 respectivamente.



	30.06.2018	31.12.2017
Capital social	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	(6.000)	(12.000)
Prejuízos acumulados	(6.200)	(3.360)
Total	37.800	34.640

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Pré-Sal Petróleo em seu Capítulo XIV, artigo 72, inciso III, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A Companhia apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 10.970, em 2016 no valor de R\$ 5.664 e em 2017 no valor de R\$ 297. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, os lucros apurados serão integralmente utilizados na amortização parcial dos prejuízos acumulados. Em 30 de junho de 2018 e 2017 (não auditada) apresentou prejuízos acumulados.

15. Receita líquida de serviços

A Pré-sal Petróleo tem como atividades principais a gestão dos Contratos de Partilha de Produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União e a representação da União nos Acordos de Individualização da Produção.

	30.04.2018	30.01.2018	30.04.2017	30.01.2017
	a	a	a	a
	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
Receita bruta de serviços	9.781	18.571	11.268	18.717
(-) Impostos sobre faturamento (14,25%)	-1.352	-2.571	-1.746	-2.562
Total	8.429	16.000	9.522	16.155

As receitas operacionais da Companhia são correlatas a prestação regular e mensal de serviços de gestão de contratos ao Ministério de Minas e Energia. Os tributos sobre faturamento são o ISS (5%), PIS (1,65%) e COFINS (7,60%).

16. Custo dos serviços prestados

A prestação de serviços da Companhia ocorre a partir da alocação de recursos humanos que compõem o corpo técnico diretamente correlacionado à prestação dos serviços. Desta forma, o maior componente no custo dos serviços prestados é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:



	30.04.2018	30.01.2018	30.04.2017	30.01.2017
	a	a	a	a
	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
Remuneração	3.209	6.291	2.694	5.300
Encargos sociais	885	1.741	737	1.452
Plano de saúde	35	61	16	32
Outros custos com pessoal	-	-	-	19
Serviços de terceiros	627	1.028	1.082	1.554
Depreciação e amortização	161	322	153	296
Total	4.917	9.442	4.682	8.675

17. Despesas operacionais

As despesas operacionais correspondem às demais áreas de apoio da Companhia que dão suporte às áreas técnicas e gastos administrativos. O maior componente é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:

	30.04.2018	30.01.2018	30.04.2017	30.01.2017
	a	a	a	a
	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
Remuneração	2.714	5.124	2.002	3.982
Encargos sociais	682	1.281	461	959
Plano de saúde	37	69	28	56
Outros custos com pessoal	52	153	73	142
Serviços de terceiros	1.130	2.140	1.352	2.495
Utilidades e serviços	90	159	68	140
Tributos e encargos parafiscais	55	105	55	127
Outros serviços e materiais	468	979	561	1.230
Depreciação e amortização	194	388	187	373
Total	5.423	10.399	4.787	9.505

18. Resultado financeiro líquido

	30.04.2018	30.01.2018	30.04.2017	30.01.2017
	a	a	a	a
	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
Rendimento de aplicações financeiras	354	927	670	1.689
Descontos obtidos	-	1	1	1
Outras receitas financeiras	39	78	22	52
Despesas financeiras	-2	-5	-8	-10
Total	391	1.001	685	1.732



19. Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A Pré-Sal Petróleo optou nos anos base 2016, 2017 e 2018 pela tributação com base lucro real anual e apuração mensal. O lucro real é o resultado do lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões legais.

	30.04.2018	30.01.2018	30.04.2017	30.01.2017
	a	a	a	a
	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2017
Provisão p/ IRPJ	-	-	21	21
Provisão p/ CSLL	-	-	12	12
Total	-	-	34	34

20. Transações com Partes Relacionadas

Pessoal Chave

Parte relacionada é a pessoa natural ou a entidade que está relacionada com a Companhia que está elaborando suas demonstrações contábeis. A pessoa natural que é membro da administração da Companhia é considerada Pessoal Chave da administração, conforme definição do CPC 5, item 9, (a), (iii).

A Companhia é dirigida por um conselho de administração e uma diretoria executiva. Todos os diretores executivos são nomeados pelo Presidente da República, após indicação do MME. A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente, diretor de gestão de contratos, diretor técnico e de fiscalização e diretor de administração, controle e finanças.

O conselho de administração, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, é constituído por 1 (um) conselheiro indicado pelo MME, que o preside, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo diretor-presidente da Companhia.

As remunerações totais dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria executiva está no quadro a seguir:

	30.06.2018	30.06.2017 (Não auditado)
Salários e benefícios	1.529	1.035
Encargos sociais	382	252
Total	1.911	1.287

Comercialização de petróleo da União

A comercialização de petróleo da União no primeiro semestre de 2018, referida na Nota Explicativa nº 8, foi realizada com a Petrobrás relativa a contratos de

venda que totalizaram 120 mil m³ petróleo do campo de Mero em três carregamentos. O processo de comercialização destes volumes foi celebrado em condições estritamente comutativas em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado.

Ibsen Flores Lima
Diretor-Presidente

Hercules Tadeu Ferreira Silva
Diretor de Gestão de Contratos

Paulo Moreia de Carvalho
Diretor Técnico e de Fiscalização

Leandro Leme Júnior
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Mauro Braz Rocha
Gerente de Controle e Finanças

Francisco de Assis da Silva
Contador - CRC RJ 062.785/O-9
Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
CRC SP 022.708/O-4 "S" RJ

